

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

Forma da iniciativa:	Projeto de Decreto Legislativo Regional
N.º da iniciativa/LEG/sessão:	74/XII/3.ª
Proponente/s:	Representação Parlamentar Iniciativa Liberal Açores
Título:	Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores.
Resumo/Objeto:	 A presente iniciativa pretende: A criação do Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores, adiante designado por SIFROTA.
Competência legislativa da ALRAA:	Sim, na alínea j) do artigo 67.º da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira alteração ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.*
A iniciativa reúne os requisitos materiais e formais de admissibilidade? ¹	A iniciativa cumpre na generalidade os requisitos materiais e formais de admissibilidade.
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género? ²	Sim.

 $^{^{\}rm 1}$ Artigos 116.º e 119.º do Regimento da ALRAA. $^{\rm 2}$ Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria-geral

O diploma a alterar carece de republicação?	Não.
A iniciativa versa sobre legislação do trabalho? ³	Não.
A iniciativa versa sobre matéria respeitante às autarquias locais? ⁴	Não.
A iniciativa versa sobre Orientações de Médio Prazo, Plano Regional Anual ou outras matérias de interesse para a respetiva ilha? ⁵	Não.
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento da Região Autónoma dos Açores?	Não.
A iniciativa respeita o limite de não renovação na mesma sessão legislativa? ⁶	Sim.
Existem iniciativas, até ao momento da admissibilidade, sobre a matéria para apreciação (incluindo petições)? ⁷	Não.

³ Artigo 124.º do Regimento da ALRAA, artigos 15.º e 16.º da LTFP e artigos 472.º a 475.º do CT. ⁴ Artigo 129.º do Regimento da ALRAA. ⁵ Artigo 130.º do Regimento da ALRAA ⁶ N.º 2 do artigo 116.º do Regimento da ALRAA e n.º 3 do artigo 45.º do EPARAA. ⁷ Artigo 126.º do Regimento da ALRAA



O proponente solicita a aplicação do processo de urgência?8	Não.
Comissão competente em razão da	Comissão de Economia
matéria e eventuais conexões:	Matéria: Sistemas de incentivos
Outras Observações:	A presente iniciativa parece-nos cumprir os requisitos formais
	de admissibilidade, pelo que deverá ser admitida nos termos
	da alínea d) do artigo 22.º e do n.º 2 do artigo 120.º do
	Regimento.

^{*}Atualizado a 3/11/2022

O Jurista: Leila Gonçalves, Érico Capelo.

Data: 19/10/2022

⁸ Artigos 146.º e 147.º do Regimento